



20 + 10 = 2010

Assembleia extraordinária do Arco Atlântico



Rennes (Bretanha - França) -18 de Junho de 2010

Actas da reunião

Sessão inaugural e balanço de 20 anos de cooperação atlântica

Daniel Delaveau, Presidente da Câmara Municipal de Rennes, deu as boas-vindas aos presentes, destacando a vocação atlântica de Rennes. Pierre Karleskind, em representação da Região de Bretanha, anunciou o compromisso da Região de Bretanha com a problemática climática e económica.

Actores chave nos inícios da cooperação atlântica como Edmond Hervé e Yves Morvan apelaram para a necessidade de reflectir sobre uma Europa policêntrica, melhorar a situação de periferia, as redes de transporte, ambiente... através de uma dinâmica de *lobby* construtivo e da procura da cooperação com o continente americano, a partir da visão do Atlântico como a fachada de Europa.

Laurent Beauvais, Presidente da Comissão Arco Atlântico, explicou a importância de uma política marítima integrada e de projectos a grande escala que permitam o desenvolvimento do Arco Atlântico no futuro. A estratégia a seguir, apoiando-se no passado, estará baseada na inovação e numa aproximação aos actores atlânticos e aos cidadãos. Philippe Duron, Presidente da Conferência de Cidades do Arco Atlântico, apresentou a Carta de San Sebastián como uma guia de remessa para seguir estes objectivos a partir das cidades, através de uma CCAA reforçada no dia anterior após a aprovação dos estatutos.

Sessão 1: Uma estratégia integrada para o Arco Atlântico - Objectivo 2013

Olhares cruzados sobre sectores chave para o desenvolvimento dos territórios atlânticos:

- *Acessibilidade, mobilidade e transportes: Iñaki Arriola López ([apresentação](#))*

Tomando como boas práticas o desenvolvimento do comboio de alta velocidade no País Basco e a implementação do metro em várias cidades, esta intervenção propôs o desenvolvimento de um eixo ferroviário que conforme uma área de influência integrada nas zonas atlânticas, com o fim de integrar o transporte marinho com a *hinterland* e como instrumento para uma cooperação inter-regional ([mais informação sobre o corredor ferroviário atlântico](#)).

- *Promover o potencial atlântico em energias marinhas: Yann-Hervé De Roeck ([Apresentação](#))*

Foi considerado o elevado custo que supõe a investigação e desenvolvimento das energias renováveis, se bem que o Atlântico conta com o potencial necessário para tal, devido às condições climatológicas (chuva, marés, vento, força das ondas, etc.). Neste Espaço há iniciativas implementadas, operativas no oeste da Irlanda e no leste da Escócia, e em fase piloto, no centro de Portugal, País Basco (ES), Bretanha (FR), e o oeste do Reino Unido. Yann-Hervé de Roeck insistiu na importância da cooperação entre estes centros de ensaio de modo a permitir uma massa crítica suficiente face à concorrência internacional e uma posição de liderança do sector das renováveis marinhas. No fim, foi apresentado o exemplo de uma nova Plataforma Tecnológica de energias marinhas renováveis, estabelecida em Brest e composta por sócios públicos e privados. Os objectivos são: ser rede de investigação, coordenar as fontes de informação, e associar-se com os locais de ensaio; através de projectos como "EQUIMAR", sobre os potenciais da energia hidráulica e eólica.

- *A visão dos socioprofissionais sobre as energias marinhas e a estratégia integrada para o arco atlântico: Pablo Coto Millán ([Apresentação](#))*

A título de conclusão dos estudos realizados, o Secretário-geral da RTA destacou o potencial atlântico para o desenvolvimento das energias renováveis. Também foi mencionada a necessidade de técnicos específicos para a obtenção de resultados satisfatórios, e a necessidade de uma política integrada multi-nível. Um avanço significativo precisa de uma estratégia coordenada e da determinação de uma rede de transporte marinho de energia, tal como existe no mar do Norte. A falta de um marco e o risco de investimento supõe obstáculos ao desenvolvimento destas energias verdes. A solução é consciencializar os utilizadores e implicar todos os sectores públicos. O desenvolvimento de uma cooperação inter-regional transfronteiriça deve aproveitar a criação de sinergias perante a falta de grandes investimentos.

Debate

Inma Valencia (Governo de Cantábria): anunciou a criação de um novo [grupo de trabalho](#) sobre as energias marinhas no seio da Comissão Arco Atlântico, que contou com o apoio do presidente da Comissão, e está aberto a todos os actores interessados.

Iñaki Arriola López explicou a questão da transmissibilidade em matéria de transportes, possível no caso basco graças à autonomia e financiamento próprios. Este e outros exemplos no Arco Atlântico demonstram que os projectos devem adaptar-se à orografia do terreno e tomar como base um governo de proximidade.

Mesa redonda: Um governo para uma estratégia integrada para o Atlântico?

- *O caso do mar de Irlanda: Margaret Moore ([Apresentação](#))*

A senhora Moore apresentou os avanços dentro do programa de cooperação Mar de Irlanda, cujo principal objectivo é implicar vários actores e sectores para aproveitar as sinergias. Foi desenhado um plano transnacional sob uma dimensão de planificação marítima. O Mar de Irlanda, considerado como um espaço de cooperação funcional no seio do Espaço Atlântico, definiu como prioridades a planificação espacial marítima, as energias renováveis, a conectividade e o crescimento económico. A senhora Moore aconselhou ter em consideração a necessidade de uma liderança definida que evite a dispersão de esforços.

- *O exemplo da Política Comum das Pescas: Benoît Guérin ([Apresentação](#))*

A reforma da Política Comum das Pescas revela as deficiências no governo das zonas pesqueiras. Assim, são criados os Conselhos Consultivos Regionais, que agrupam todos os actores implicados de maneira a facilitar uma implementação consensual e um vínculo directo com as instituições europeias. As chaves são a iniciativa, um plano de gestão a longo prazo, a pesca sustentável à escala do território, uma visão regional, e uma mudança adaptada na cultura marinha. Também é essencial dar mais visibilidade aos actores e ao diálogo com a Comissão Europeia. Estes princípios estão incluídos no projecto GEPETO que o CCR-S quer submeter à próxima convocatória Interreg Espaço Atlântico.

Debate

Questões a melhorar:

Margaret Moore esclareceu que a dificuldade reside na criação de mecanismos de trabalho comum, dificuldade que pode impedir a elaboração de projectos com um impacto sustentável. Assim, é preciso ultrapassar os nacionalismos para definir estratégias como, por exemplo, a planificação marítima.

Benoît Guérin propôs alcançar um equilíbrio real entre as várias bacias marinhas, sendo necessário estabelecer o princípio “de aproximação ecológica” como base do trabalho comum. Além disso, destacou a ambição de contar com sócios que permitam obter um financiamento adaptado à escala atlântica.

Participação do público:

Correspondente nacional do programa Interreg IVB Espaço Atlântico, Bertrand Tourillon anunciou que o Comité de Acompanhamento deste programa reunir-se-á em Outubro em Nantes, para estabelecer o futuro do programa. Insistiu na necessidade de uma política integrada, esquecendo a questão zonal.

Vicepresidente do Conselho Regional de Aquitânia, François Maïtia expressou que uma maior contribuição dos sócios para o projecto marítimo, especialmente no sector da pesca, deve partir da base das numerosas regiões atlânticas que o apoiam.

Conselhos de governo:

Margaret Moore aconselhou estabelecer contactos com responsáveis políticos, como ponto de partida, e uma boa planificação das várias etapas do projecto para conseguir, assim, uma boa gestão do mesmo.

Benoît Guérin aconselhou a apropriação e a participação no projecto, visto que a implicação dos profissionais impulsiona as iniciativas, numa óptica de subsidiariedade.

Preparar o período posterior a 2013: Que lugar pode ocupar uma «macrorregião» atlântica nas futuras políticas europeias?

- *Presidência Espanhola da UE: Isabel Moya*

Impulsionada por Espanha, o Conselho Europeu acaba de aprovar uma estratégia marítima integrada para o espaço atlântico. Esta intervenção sublinhou a necessidade de uma cooperação geográfica reforçada, no âmbito da política marítima integrada da UE. Como demonstra a mobilização da CCAA e da Comissão Arco Atlântico, a presidência espanhola considera que a implicação dos actores territoriais no espaço atlântico reveste uma suma importância. Deste modo, a senhora Moya apelou para a solidariedade entre os vários actores numa situação de crise e a favor da estratégia 2020 de crescimento sustentável e inovador.

- *Estado Francês: Pierre Dartout*

Esta intervenção destacou a necessidade de uma coordenação europeia para fazer frente, entre outras, às problemáticas de segurança e transporte marítimo. O Arco Atlântico tem enormes possibilidades de desenvolvimento que contribuirão para o futuro da Europa, baseadas numa cooperação contínua desde 1989. Alguns exemplos óbvios: a investigação marinha e marítima, a segurança marítima, o desenvolvimento económico e a protecção do meio ambiente. Uma política marítima integrada não deve limitar-se à costa, o *hinterland* e as cidades do interior também devem ser protagonistas. Assim, as macrorregiões poderiam ser uma base de futuro, e a França estuda seriamente esta possibilidade.

- *Propostas da CRPM: Eleni Marianou*

Aposta numa macrorregião (com base na definição da CRPM), como meio para alcançar uma coesão política, a vários níveis de governação, mais além dos planos locais, como solução aos desafios presentes e como estratégia de evolução. Assim, aposta-se numa estrutura complexa, mas com o objectivo de cooperar a partir de uma aproximação pragmática aos problemas actuais. A senhora Marianou propôs um programa macrorregional que detalhe os projectos prioritários e as responsabilidades dos vários actores (UE, Estados-membros, autoridades regionais e locais), uma articulação entre os futuros programas de cooperação transfronteiriços e outros programas transnacionais à procura de um melhor intercâmbio de informação e uma cooperação real nas actividades realizadas.

- *Comissão Europeia: David Sweet*

A sua intervenção mencionou os princípios necessários para uma futura estratégia macrorregional, como implementar uma estratégia de participação comum, estabelecer um melhor uso dos fundos estabelecendo programas de grande escala, inovadores e integrais e implementar acções que impliquem resultados imediatos. Não obstante, manifestou-se prudente perante a evolução do conceito de macrorregião e da popularidade que este adquiriu.

Sessão 2: Qual pode ser o cenário de futuro para o Arco Atlântico?

Renovação do Acordo de Cooperação da Comissão Arco Atlântico e a CCAA

Assinatura do acordo que impulsiona o desenvolvimento de uma estratégia atlântica, através da colaboração entre as cidades e as regiões do espaço atlântico.

Orientações de futuro (apresentação da nota técnica: [«Propostas de orientações para uma estratégia integrada para o Arco Atlântico»](#))

Para **Laurent Beauvais**, a problemática marinha é uma matéria a continuar a desenvolver, a qual não só implica o sector industrial naval e náutico, como também a acessibilidade, a intercomunicação e a atracção das cidades para conseguir uma maior visibilidade atlântica. Ligado ao mar, o Arco Atlântico também está vinculado à biodiversidade e, em particular, às alterações climáticas, sendo necessária a união de todos os actores para alcançar um desenvolvimento económico sustentável. Opções de futuro como as energias renováveis precisam do impulso de uma estratégia integrada que implique a coordenação das acções e aproveite os frutos do intercâmbio de experiências. É imprescindível uma redefinição política que conduza a uma política de coesão activa, com linhas claras sobre as macrorregiões. O *lobby* político é um instrumento a considerar, visto que este comporta projectos concretos.

Para **Philippe Duron**, as características positivas do Arco Atlântico devem ser preservadas a partir de uma estratégia regional de integração política, que implique medidas de segurança marinha, de protecção do meio ambiente, de luta contra as alterações climáticas, e de transportes verdes. É fundamental o diálogo da Europa com os cidadãos em virtude do princípio de subsidiariedade. Igualmente, o presidente da CCAA observou que o futuro está nas cidades, visto que são os motores do desenvolvimento regional. Igualmente, o ambiente relativamente protegido do Atlântico não deve fazer esquecer os problemas derivados da grande pressão demográfica sobre o litoral, as alterações climáticas (tempestades como a Xynthia) e os acidentes marítimos. Uma política convergente a nível europeu é necessária, sendo a constituição das macrorregiões um meio de avanço coerente.

O compromisso da UE

Foi anunciado que, seguindo a petição do Conselho de apresentar uma comunicação para Junho de 2011, a Comissão Europeia vai lançar uma consulta aos actores implicados no Arco Atlântico, para determinar uma estratégia marítima.

Após cinco anos da política marítima integrada, Eddy Hartog ([Apresentação](#)) explicou que uma política marítima integrada para o Atlântico baseia-se em dois eixos, a agenda económica e a sustentabilidade da área, desenvolvendo uma estratégia que se aproxime às regiões mantendo os Estados-membros implicados. Questões a integrar são a definição dos mecanismos de governação e a implementação das políticas transversais de modo coerente. A meta é um mar sustentável, onde a riqueza económica é aproveitada e estabelecidos os limites adequados para a exploração que protegem as fontes marinhas. A UE está a contribuir para essas políticas, levando-as à estratégia 2020.

Neste sentido, são essenciais as contribuições dos actores de terreno, como os documentos da Comissão Arco Atlântico e da Conferência de Cidades do Arco Atlântico sobre a estratégia integrada para o espaço. Sendo importante determinar uma identidade atlântica, a estratégia macroregional é uma possibilidade a estudar.

Como elemento a ter em consideração, o senhor Hartog destacou o conceito de conectividade: tanto da distribuição de energia eléctrica como das novas tecnologias, como o sistema de transportes. Também é preciso concertação, por exemplo entre as medidas impulsionadoras das energias renováveis e da pesca.

Apresentação: Jogos Náuticos Atlânticos

De 31 de Julho a 5 de Agosto, terá lugar a 16ª edição dos jogos náuticos atlânticos em Santander (Cantábria, ES). Este evento também contará com uma reunião política a convite do Governo de Cantábria sobre a estratégia atlântica.